



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING INTERNET**

**09/01/2017 ATÉ 09/01/2017**

# INDÍCE

---

1	AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS	
	1.1 SITE O MARANHENSE.....	1
2	AÇÕES CORREGEDORIA	
	2.1 BLOG GILBERTO LEDA.....	2
3	AÇÕES TJMA	
	3.1 BLOG O MAIOR DO MUNDO.....	3
4	CORREIÇÕES	
	4.1 SITE ATOS E FATOS.....	4
	4.2 SITE O MARANHENSE.....	5
5	FÓRUM DE SÃO LUÍS	
	5.1 BLOG ALDIR DANTAS.....	6
6	JUIZES	
	6.1 BLOG DO KIEL MARTINS.....	7
	6.2 BLOG DO LINHARES.....	8
	6.3 BLOG JORGE ARAGÃO.....	9
7	PRESIDÊNCIA	
	7.1 BLOG DO JURACI FILHO.....	10
	7.2 IMIRANTE.COM.....	11
	7.3 MA 10.....	12
	7.4 SITE JORNAL CORREIO POPULAR.....	13
8	SINDJUS	
	8.1 SINDJUS.....	14
9	VARA CÍVEL	
	9.1 BLOG CRISTINA FRANÇA .....	15

# Laboratório do Fórum de São Luís realizou mais de 1.200 exames de paternidade em 2016

09/01/2017 17:49:12

## **Material é coletado em interno de Pedrinhas para elaboração de exame de DNA.**

Em 2016 o Laboratório de Biologia Molecular do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau) realizou 1.256 exames de DNA. Os testes são requisitados por juízes da capital e do interior do estado, para fins processuais ou para fins pré-processuais por meio do 1º Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc). A grande maioria dos testes é solicitada nos processos de investigação de paternidade. O exame é gratuito e feito a partir da coleta da mucosa bucal.

Desde 2013, a unidade laboratorial é referenciada com a certificação ISO 9001, selo aplicado mundialmente, que atesta a excelência técnica e a segurança nos resultados dos exames feitos pelo laboratório, único do Brasil na modalidade forense a adequar-se às normas internacionais de gestão da qualidade.

A chefe do laboratório, Clarissa Macatrão, explica que o exame de DNA pode ser requisitado nos processos de investigação de paternidade, por magistrados das varas da família ou por um juiz criminal para identificação de suspeitos e indiciados em crimes de estupro e incesto, seguido de gravidez. Em relação à Vara da Infância e Juventude, o exame é indicado, por exemplo, em crimes de abuso sexual de menores, seguido de gravidez.

O laboratório também dá suporte ao projeto "Reconhecer é Amar!", criado em 2012 pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, com base no programa Pai Presente, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que visa a facilitar o reconhecimento de paternidade de crianças registradas apenas em nome da mãe ou que não possuem o nome do pai biológico na certidão de nascimento. O projeto, que na capital era realizado pelas varas da Família, atualmente está sob a responsabilidade 1º Cejusc, que funciona no Fórum Des. Sarney Costa.

Este ano, de acordo com Clarissa Macatrão, quem mais solicitou exames de DNA foi o Cejusc, seguido das comarcas de Colinas e Caxias. No ano passado, a unidade laboratorial realizou 1.073 exames; no ano anterior, 1.074; e em 2013, 1.130 testes. A maioria dos pedidos de exames para investigação de paternidade é feito pela mãe da criança.

Segundo dados do Laboratório Forense, 90% dos exames realizados em 2016 foram de investigação de paternidade trio simples, em que o teste de DNA é feito com a mãe, o filho e o suposto pai. Mas a unidade tem

recebido casos complexos, como as situações em que só existe o pai e o filho para a investigação; e a reconstrução genealógica, que ocorre quando o suposto pai já faleceu e se usa seus parentes para a reconstrução do provável perfil genético do falecido, correspondendo a 15% dos teste de DNA feitos este ano.

Certificação - é dada pela empresa suíça SGS (Société Generale de Surveillance), após minuciosa avaliação. Segundo o auditor da SGS, Marcos Viana, a certificação padroniza os processos de maneira consistente, assegurando confiabilidade e qualidade nas análises de DNA. A primeira certificação - ISO 9001:2008 - ocorreu em 2013. Em novembro deste ano, o Laboratório Forense recebeu a ISO 9001:2015, que, segundo o auditor, diferencia-se da anterior por enumerar mais elementos para comprovação de excelência, como, gestão de riscos, contexto organizacional, necessidades e expectativas das partes interessadas.

Para o diretor do Fórum de São Luís, juiz Sebastião Bonfim, a nova certificação premia o esforço conjunto da gestão e de toda a equipe de servidores do laboratório. É o resultado da dedicação de todos e a competência aliada ao zelo profissional, o compromisso da diretoria em oferecer um trabalho de qualidade ao jurisdicionado. A certificação tem validade de três anos, condicionada a duas auditorias de manutenção, previstas para 2017 e 2018.

Criado em 1999, na gestão do corregedor Jorge Rachid, o Laboratório Forense conta atualmente com uma equipe de 10 profissionais, sendo três analistas especialistas em Biologia Molecular e mestres em áreas afins. A atual gestão da corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, tem dado o apoio necessário para os trabalhos do laboratório.

## **Assessoria de Comunicação**

## **Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão**

## **Astro de Ogum não paga direitos autorais a artistas e ECAD cobra valor na justiça** **Postado em 9 de janeiro de 2017 por Cristiana França**

O Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) ajuizou ação contra Generval Martiniano Moreira Leite, mais conhecido como Astro de Ogum, vereador pelo PR e presidente da Câmara Municipal de São Luís, e a Associação de Moradores da Cohama, por causa da execução de músicas de artistas locais sem o devido pagamento dos direitos autorais durante a programação junina de 2015, no “Arraial da Cidade”, montado em uma área ao lado da casa de shows Batuque Brasil, na Avenida Daniel de La Touche (Cohama).

O processo contra Astro de Ogum e a entidade comunitária, de nº 53877/2015, tramita desde 3 de novembro de 2015, na 6ª Vara Cível da capital. O juiz responsável é Gervásio Protásio dos Santos Júnior. O valor da ação é R\$ 71.182,63.

Em ações judiciais dessa natureza, o Ecad costuma cobrar dos réus o pagamento dos direitos autorais a compositores e intérpretes pela execução pública de músicas, como foi o que ocorreu no “Arraial da Cidade”, patrocinado por Astro de Ogum e parceiros, que em 2016 foi rebatizado com o nome “Arraial Pertinho de Você”.

De fato, o terreiro bancado pelo presidente da Câmara de Vereadores de São Luís tocou vasto repertório de todas e outros tipos de músicas do folclore junino do Maranhão, principalmente nos intervalos entre uma apresentação e outra. Um ano e meio depois, o Ecad reivindica o pagamento pela execução pública das obras.

O sistema de busca Jurisconsult, ferramenta do site do Tribunal de Justiça do Maranhão, informa que a última movimentação do processo se deu em 7 de novembro do ano passado. No momento, a tramitação está na fase de análise das contestações dos réus.

# TJ reúne autoridades para avaliar situação do sistema prisional maranhense

09/01/2017 19:29:41

Retomando o expediente forense nesta segunda-feira (9) no Tribunal de Justiça do Maranhão, o presidente da Corte, desembargador Cleones Carvalho Cunha, reuniu autoridades no Gabinete da Presidência com o objetivo de compartilhar informações sobre a reunião com a ministra presidente do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, ocorrida no dia 5 de janeiro, e debater as ações que estão sendo feitas no sistema prisional do Maranhão.

"Na reunião com a ministra em Manaus, tive a oportunidade de apresentar dados sobre o sistema local, com o relatório da Unidade de Monitoramento Carcerário e afirmei a ela que a nossa situação não é a ideal, evidentemente, mas que melhoramos muito nos últimos dois anos, reduzindo, inclusive, a taxa de mortalidade no sistema prisional em 85%", relatou o presidente do TJMA, lembrando que a ministra Cármen Lúcia determinou a tomada de ações para diminuição do número de presos provisórios, como mutirões de julgamento, de júris e de audiências de custódia. "Vale lembrar, e isso eu disse a ela, que aqui no Maranhão mesmo com o recesso forense as audiências de custódia foram mantidas", completou.

Para o desembargador Cleones Cunha, no entanto, é importante que o Estado e demais instituições estejam alinhadas e atentas para qualquer eventualidade diante da situação ocorrida em Manaus (AM) e em Boa Vista (RR). "Me preocupa que a situação possa estourar em nosso Estado. Estamos todos em alerta e precisamos saber o que temos de prevenção", comentou o desembargador.

**ALERTA** - De acordo com o secretário de Estado de Administração Penitenciária, Murilo Oliveira, estão sendo tomadas ações preventivas para qualquer eventualidade que venha a ocorrer no sistema prisional maranhense. "Estamos sempre em alerta e para prevenção diante dos acontecimentos, redobramos o trabalho em unidades mais problemáticas, de forma a impedir qualquer tentativa de ação e, mesmo que tentem, que não consigam prosseguir", garantiu.

Ações como intensificação de revistas, reforço no efetivo de agentes e circulação dos mesmos entre os detentos em determinadas unidades foram determinadas nos primeiros dias de 2017 e continuam a ocorrer. "O risco de acontecer alguma ação criminosa dentro do sistema é mínimo, mesmo assim estamos trabalhando para suprimir qualquer intenção de detentos nesse sentido", reforçou Murilo Oliveira, lembrando que as circunstâncias prisionais existentes no Amazonas e Roraima, por exemplo, são bem diferentes das existentes atualmente no Maranhão.

**ENCARCERAMENTO** - Cientes de que a situação do sistema carcerário do Maranhão está melhor, mas longe de ser a ideal, as autoridades debateram a necessidade de, efetivamente, criar mecanismos que ao longo do tempo consiga-se equacionar o índice de encarceramento com a oferta de vaga no sistema. Atualmente, de

acordo com a Unidade de Monitoramento Carcerário essa taxa é de 174,99 (para cada 100 mil habitantes), número que tende a aumentar.

Segundo a SEJAP, entretanto, está prevista a construção de três novos presídios regionais em 2017, com a oferta total de aproximadamente mil vagas. O objetivo é ter em 2018 cinco mil vagas a mais no sistema prisional.

Sobre presídios, o secretário de Segurança Pública do Maranhão, Jefferson Portela, solicitou ao desembargador Cleones Cunha apoio junto ao governo federal e demais autoridades na defesa para que os presídios de segurança máxima que forem construídos pela União sejam geridos pelo Estado e que, seja construído pelo menos um em cada Estado. "Temos um problema sério com presos que são transferidos para presídios federais: entram em contato com outros presos de organizações criminosas e trazem tudo isso para nossos presídios quando retornam", destacou, sendo apoiado por todas as autoridades presentes.

**PREVENÇÃO** - Para o desembargador Froz Sobrinho, coordenador da UMF, ações do Judiciário previstas para 2017 são cruciais para realidade no sistema prisional, atacando diretamente a questão dos presos provisórios - que hoje representam 41,44% dos presos no estado. A realização de audiências de custódia em 100% do Judiciário maranhense é uma delas. "Já ficou provado que a audiência de custódia funciona, diminui o encarceramento e, também, a reincidência criminal. É importante que esse mecanismo funcione em sua totalidade", comentou o desembargador.

Outra medida importante são os mutirões em processos de presos provisórios com mais de 100 dias, projeto que tem a parceria da Corregedoria Geral da Justiça e ocorre em comarcas do interior. "Estamos sempre em contato com os juízes e solicitamos o levantamento e acompanhamento de processos de réus presos, para que as audiências sejam realizadas, os júris e julgamentos de forma mais célere", completou a corregedora-geral Anildes Cruz. Apesar dos esforços, segundo os desembargadores e a juíza da 1ª Vara de Execuções Penais, Ana Maria Vieira, a cada 100 processos, julgados, por exemplo, novos 120, 150 ingressam, avolumando cada vez mais o acervo.

**INTEGRAÇÃO** - As melhorias do sistema prisional também foram destacadas pelo Ministério Público do Maranhão. Para o procurador-geral Luiz Gonzaga, apesar de ter muito a melhorar, o sistema apresenta avanços importantes, inclusive cumprindo sugestões e determinações de ações judiciais propostas pelo MP e já transitadas em julgado.

Para a promotora Jerusa Capistrano, do Grupo de Atuação Especial no Combate a Organizações Criminosas (GAECO), a iniciativa de compartilhar informações e ações planejadas de forma transparente é louvável e importante para a atuação de todas as instituições. "Tratas das questões às claras é louvável e precisamos compartilhar inteligência para atuarmos de forma efetiva", pontuou.

Durante a reunião outros temas acerca do sistema prisional e de segurança pública também foram levantados. Da reunião, também participaram o juiz auxiliar da CGJ-MA, José Américo Costa, os promotores Marco Aurélio Rodrigues, do GAECO, e Pedro Lino Curvelo, da 1ª Promotoria de Execuções Penais, o delegado-geral da Polícia Civil, Lawrence Melo, e o coronel da Polícia Militar Eduardo Simplício, representando o Comando Geral.

# Essa doeu! Juiz compara o deputado Josimar de Maranhãozinho com o narcotraficante Pablo Escobar

09/01/2017 11:01:08

[Compartilhe](#)

O juiz Clésio Cunha e o deputado estadual Josimar de Maranhãozinho (PR), estão em pé de guerra. Os dois tem trocado agressões verbais diariamente um contra o outro.

O magistrado mandou um duro recado ao parlamentar através de uma Carta Aberta, e fez uma comparação nada agradável.

Segundo a carta, o Juiz comparou o deputado com o narcotraficante conhecido mundialmente com Pablo Escobar. Em outra parte da carta, o Magistrado acusa o "moral da BR" de ter comprado votos na sua campanha em 2014.

O Blog publica abaixo a íntegra do documento.

*Carta aberta ao Deputado Josimar do Maranhãozinho.*

***Para esclarecer o texto do Deputado Josimar publicou nos blogs amestrados de Zé Doca e alguns outros da BR 316, sob o título Megalomaniaco de "Deputado dá resposta de Estadista a juiz de baixo nível." Uma verdadeira piada um cara desse se apelidar de Estadista depois de mandar demolir na marra uma obra embargada pela justiça e de andar pelas ruas de Zé Doca acompanhado de vários capangas armados, chefiados pelo PM's reformados Subtenente Fonseca e Cabo Lourenço. É bom o deputado pedir pra esse redator dele aí consultar o dicionário.***

***Deputado, não sou juiz de Zé Doca, e nem sou juiz de nada quando estou lá, sou um simples morador dessa cidade, sou um cidadão filho de um homem e uma mulher que ajudaram abrir as ruas dessa cidade em 1964, nascido numa casa de taipa e coberta de palha, mas que hoje tenho bens declarados na receita federal e no CNJ, e nome construído com esforço, sem precisar de ninguém dizer que sou dono de tesouraria de 10 prefeituras na BR 316, como disse seu amigo Fábio Brito num vídeo que circulou na cidade quando da campanha de sua irmã. Para o senhor é fácil ser o mais votado no Maranhão com uma campanha mais cara do que a de 10 deputados federais, tudo voto comprado e sua liderança é forjada no dinheiro, na ameaça e no medo que impõe às pessoas. Esse tempo já***



**passou e o senhor ainda pensa que isso pode perdurar? Saiba que esse caminho eu já conheço. PABLO ESCOBAR era assim que nem o senhor, e já acabou.**

**O Deputado o senhor é um covarde: na BR 316 é um lobo que mete medo nas pessoas e manda derrubar casas, construir barreiras na frente dos comércios de quem não gosta, e aqui na ilha, é um cidadão santo que se faz de honesto e nos blogs, se diz um inocente, se diz até um Estadista. Seja homem de palavra, deputado e assuma que o senhor mandou derrubar a Construção do Projeto Zé Doca Cultural que pertence a minha família! Seja homem e confesse que tem ódio das pessoas da família Coelho Cunha! Não bote culpa na inocente da sua irmã, que não manda em nada, a coitada.**

**As instituições são honradas, mas todo mundo sabe que boa parte da Polícia Militar na BR 316 está a seu soldo e que seus capangas são protegidos por Policiais Militares reformados Fonseca e Lourenço. Temos vários vídeos desse Fonseca portando pistolas e afrontando pessoas, temos vídeos de o senhor descendo do seu avião portando Pistolas como se fosse indo pra uma guerra. E que agora o capanga Lourenço é chefe da Guarda Municipal de Zé Doca.**

**Quanto ao terreno Deputado, o processo está na Justiça que deu uma liminar suspendendo a obra, mas o senhor é mais do que um juiz, pois desmoralizou a justiça de Zé Doca. O senhor é o MORAL DA BR 316 e mandou derrubar o prédio que pertence a minha família, sob o argumento que não há registro de posse, quando todo analfabeto em registro imobiliário sabe que POSSE não se prova com documento, pois não pode ser registrada, mas com testemunhas, pois pertence ao mundo dos fatos.**

**Pra que serviu a Ação Popular pedida pelos seus vereadores representados em juízo por seu advogado? E a Ação Civil Pública pedida pela promotoria? Onde em ambas pediram a liminar e foram atendidas. Para que serve a jurisdição da juíza, se o senhor era quem decidiria a parada mandando derrubar a obra embargada? Deputado o Senhor é o mandão da BR, o Todo Poderoso Chefão, assuma isso! Você é o cara; você é "O MORAL DA BR 316", aquele que não respeita ninguém.**

**Mas fique tranquilo e calmo deputado, que nossa família não vai aceitar e vamos discutir isso nos tribunais porque acreditamos na JUSTIÇA.**

**Apesar de todos os seus desmandos, acreditamos que "Ainda há Juizes em Berlim" e o senhor vai se encontrar com algum deles em um julgamento qualquer. E isso, por enquanto nada tem a ver com seu amigo Valdecir.**

**O senhor e toda BR 316 sabe dos seus métodos e do seu modo de ganhar eleição, e as pessoas indagam de onde vem tanto dinheiro se esse homem não trabalha? Só faz política? As pessoas estranham o senhor ter gastado mais do que 10 deputados federais pra se eleger deputado estadual no Maranhão. Pois o senhor tem sorte de a hipocrisia imperar, pois a verdade nesses processos de prestação de contas é só a formal. Se a verdade material imperasse nesses processos o senhor não poderia ser candidato a nada, a nada. O senhor sabe disso.**

**Para encerrar, quero lhe fazer um pedido: seja homem siô, assuma que mandou derrubar o prédio da minha família. O que foi? Não é tão moral assim?**

CLESIO COELHO CUNHA  
Cidadão zedoquense.

[Compartilhe](#)

# Corrupção de R\$ 1 bilhão: Roseana pode ir parar na cadeia

09/01/2017 09:03:48

Enquanto o Sistema Mirante e o resto da mídia curupuana se divertem requeitando matérias sobre o aluguel do prédio da Funac e repetindo as divagações do alcaguete global Alexandre Garcia, corre na Justiça o processo que pode mandar para a prisão, até o final desse semestre, a ex-governadora Roseana Sarney e seu então secretário da Fazenda, Cláudio Trinchão, se cumpridos os prazos legais e regimentais e diante da decisão do STF que prevê a reclusão de condenados em segunda instância, independente de recursos.

Roseana Sarney e outros menos citáveis foram indiciados criminalmente quando a Justiça acatou denúncia do Ministério Público de desvio de quase R\$ 1 bilhão na Secretaria da Fazenda, através de um esquema criminoso de isenções fiscais e compensações tributárias ilegais. Em outras palavras, no governo Roseana o povo pobre pagava impostos até cair os cabelos, enquanto empresas milionárias eram dispensadas do cumprimento desse dever constitucional. Os crimes imputados à governadora e seu então secretário, conforme despacho da juíza Cristiana de Souza Ferraz Leite, são os de peculato, prevaricação, fraude à administração fazendária e participação em organização criminosa.

## A denúncia do Ministério Público

Titular da 2ª Promotoria de Justiça da Ordem Tributária e Econômica, o promotor Paulo Roberto Barbosa Ramos denunciou o esquema que lesou o povo maranhense em R\$ 1 bilhão, consistente de isenções fiscais criminosas, compensações tributárias ilegais, exclusão de autos de infração, reativação de parcelas nunca antes pagas, carga tributária nula e contratação de uma empresa especializada em tecnologia para mascarar os delitos e garantir a continuidade dos crimes. Assim, a Secretaria de Estado da Fazenda foi transformada, durante o governo Roseana, numa imensa caverna de Ali Babá, onde um número ainda incerto de ladrões roubava o dinheiro do povo em conluio com o próprio governo do Estado.

Mais de 190 empresas foram agraciadas com esses arranjos, talvez o maior volume de roubo de dinheiro público em uma única secretaria estadual de fazenda em toda história do Brasil. Algumas dessas empresas viriam a contribuir para a campanha de Roseana Sarney, como a Companhia de Distribuição do Araguaia que deixou de pagar ICMS e doou R\$ 1,5 milhão para a campanha da ex-governadora. A empresa Comtral - Comércio e Transporte de Alimentos contribuiu para a campanha a deputado federal de Cláudio Trinchão e a Novo Mundo Amazônia Imóveis, beneficiada com "regime especial", doou R\$ 50 mil para a campanha do ex-secretário da Fazenda.

O povo maranhense já sabe, portanto, porque passava fome, porque não tinha escolas, porque não tinha asfalto, porque não havia policiais nas ruas, porque não funcionava o Sistema Estadual de Saúde e hoje tem tudo isso. Porque naquele governo roubavam tudo, aos bilhões, sem nenhum constrangimento.

O indignado promotor Paulo Roberto Barbosa Ramos chegou a declarar: "Foram milhões desviados que poderiam ter sido aplicados em saúde, educação, infraestrutura, mas serviram para alimentar os bolsos desses larápios que desviaram dinheiro público".

# Justiça é instada a emitir alvarás em nome de advogados

09/01/2017 17:01:21

O advogado Thiago Brhanner protocolou na semana passada, requerimentos na Presidência e na Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça, solicitando que seja editado ato normativo para que "os alvarás passem a ser expedidos em nome do patrono da parte credora, quando munido de poderes especiais para receber e dar quitação".

Segundo ele, a medida visa a garantir que sejam respeitadas prerrogativas da categoria, de acordo com decisão recente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), determinando que alvarás judiciais devem ser emitidos em nome dos advogados.

"O pedido não é uma novidade no Maranhão. Mario Macieira e Thiago Diaz, ex e atual presidentes da OAB/MA já formularam pleitos semelhantes, mas até a presente data parece que ainda não foi editada nenhuma Portaria ou Resolução nesse sentido. Segundo me informou o atual presidente da classe, há apenas uma recomendação para obediência do preceito", destaca Brhanner.

# A Carta Aberta do juiz Clésio Cunha ao deputado Josimar de Maranhãozinho

09/01/2017 09:10:14

Conforme o Blog já antecipava (**reveja**), teve mesmo desdobramento o embate entre o juiz Clésio Cunha e o deputado estadual Josimar de Maranhãozinho. O magistrado mandou um duro recado ao parlamentar através de uma Carta Aberta. O Blog publica abaixo a íntegra do documento.

*Carta aberta ao Deputado Josimar do Maranhãozinho.*

*Para esclarecer o texto do Deputado Josimar publicou nos blogs amestrados de Zé Doca e alguns outros da BR 316, sob o título Megalomaníaco de "Deputado dá resposta de Estadista a juiz de baixo nível." Uma verdadeira piada um cara desse se apelidar de Estadista depois de mandar demolir na marra uma obra embargada pela justiça e de andar pelas ruas de Zé Doca acompanhado de vários capangas armados, chefiados pelo PM's reformados Subtenente Fonseca e Cabo Lourenço. É bom o deputado pedir pra esse redator dele aí consultar o dicionário.*

*Deputado, não sou juiz de Zé Doca, e nem sou juiz de nada quando estou lá, sou um simples morador dessa cidade, sou um cidadão filho de um homem e uma mulher que ajudaram abrir as ruas dessa cidade em 1964, nascido numa casa de taipa e coberta de palha, mas que hoje tenho bens declarados na receita federal e no CNJ, e nome construído com esforço, sem precisar de ninguém dizer que sou dono de tesouraria de 10 prefeituras na BR 316, como disse seu amigo Fábio Brito num vídeo que circulou na cidade quando da campanha de sua irmã. Para o senhor é fácil ser o mais votado no Maranhão com uma campanha mais cara do que a de 10 deputados federais, tudo voto comprado e sua liderança é forjada no dinheiro, na ameaça e no medo que impõe às pessoas. Esse tempo já passou e o senhor ainda pensa que isso pode perdurar? Saiba que esse caminho eu já conheço. PABLO ESCOBAR era assim que nem o senhor, e já acabou.*

*O Deputado o senhor é um covarde: na BR 316 é um lobo que mete medo nas pessoas e manda derrubar casas, construir barreiras na frente dos comércios de quem não gosta, e aqui na ilha, é um cidadão santo que se faz de honesto e nos blogs, se diz um inocente, se diz até um Estadista. Seja homem de palavra, deputado e assumo que o senhor mandou derrubar a Construção do Projeto Zé Doca Cultural que pertence a minha família! Seja homem e confesse que tem ódio das pessoas da família Coelho Cunha! Não bote culpa na inocente da sua irmã, que não manda em nada, a coitada.*

*As instituições são honradas, mas todo mundo sabe que boa parte da Polícia Militar na BR 316 está a seu soldo e que seus capangas são protegidos por Policiais Militares reformados Fonseca e Lourenço. Temos vários vídeos desse Fonseca portando pistolas e afrontando pessoas, temos vídeos de o senhor descendo do seu avião*

*portando Pistolas como se fosse indo pra uma guerra. E que agora o capanga Lourenço é chefe da Guarda Municipal de Zé Doca.*

*Quanto ao terreno Deputado, o processo está na Justiça que deu uma liminar suspendendo a obra, mas o senhor é mais do que um juiz, pois desmoralizou a justiça de Zé Doca. O senhor é o MORAL DA BR 316 e mandou derrubar o prédio que pertence a minha família, sob o argumento que não há registro de posse, quando todo analfabeto em registro imobiliário sabe que POSSE não se prova com documento, pois não pode ser registrada, mas com testemunhas, pois pertence ao mundo dos fatos.*

*Pra que serviu a Ação Popular pedida pelos seus vereadores representados em juízo por seu advogado? E a Ação Civil Pública pedida pela promotoria? Onde em ambas pediram a liminar e foram atendidas. Para que serve a jurisdição da juíza, se o senhor era quem decidiria a parada mandando derrubar a obra embargada? Deputado o Senhor é o mandão da BR, o Todo Poderoso Chefão, assumo isso! Você é o cara; você é "O MORAL DA BR 316", aquele que não respeita ninguém.*

*Mas fique tranquilo e calmo deputado, que nossa família não vai aceitar e vamos discutir isso nos tribunais porque acreditamos na JUSTIÇA.*

*Apesar de todos os seus desmandos, acreditamos que "Ainda há Juízes em Berlim" e o senhor vai se encontrar com algum deles em um julgamento qualquer. E isso, por enquanto nada tem a ver com seu amigo Valdecir.*

*O senhor e toda BR 316 sabe dos seus métodos e do seu modo de ganhar eleição, e as pessoas indagam de onde vem tanto dinheiro se esse homem não trabalha? Só faz política? As pessoas estranham o senhor ter gastado mais do que 10 deputados federais pra se eleger deputado estadual no Maranhão. Pois o senhor tem sorte de a hipocrisia imperar, pois a verdade nesses processos de prestação de contas é só a formal. Se a verdade material imperasse nesses processos o senhor não poderia ser candidato a nada, a nada. O senhor sabe disso.*

*Para encerrar, quero lhe fazer um pedido: seja homem siô, assumo que mandou derrubar o prédio da minha família. O que foi? Não é tão moral assim?*

*CLESIO COELHO CUNHA  
Cidadão zedoquense.*

**Agora é aguardar e conferir os novos desdobramentos desse embate.**

## **Justiça é instada a emitir alvarás em nome de advogados.**

O advogado Thiago Brhanner protocolou na semana passada, requerimentos na Presidência e na Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça, solicitando que seja editado ato normativo para que “os alvarás passem a ser expedidos em nome do patrono da parte credora, quando munido de poderes especiais para receber e dar quitação”.

Segundo ele, a medida visa a garantir que sejam respeitadas prerrogativas da categoria, de acordo com decisão recente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), determinando que alvarás judiciais devem ser emitidos em nome dos advogados.

“O pedido não é uma novidade no Maranhão. Mario Macieira e Thiago Diaz, ex e atual presidentes da OAB/MA já formularam pleitos semelhantes, mas até a presente data parece que ainda não foi editada nenhuma Portaria ou Resolução nesse sentido. Segundo me informou o atual presidente da classe, há apenas uma recomendação para obediência do preceito”, destaca Brhanner.



SÃO LUIS - O Tribunal de Justiça do Maranhão reuniu autoridades no início da tarde desta segunda-feira (9), com o objetivo de debater as ações que estão sendo feitas no sistema prisional do Maranhão. “Na reunião com a ministra em Manaus, tive a oportunidade de apresentar dados sobre o sistema local, com o relatório da Unidade de Monitoramento Carcerário e afirmei a ela que a nossa situação não é a ideal, evidentemente, mas que melhoramos muito nos últimos dois anos, reduzindo, inclusive, a taxa de mortalidade no sistema prisional em 85%”, relatou o presidente do TJ-MA, desembargador Cleones Carvalho Cunha. Para o desembargador Cleones Cunha, no entanto, é importante que o Estado e demais instituições estejam alinhadas e atentas para qualquer eventualidade diante da situação ocorrida em Manaus (AM) e em Boa Vista (RR). “Me preocupa que a situação possa estourar em nosso estado. Estamos todos em alerta e precisamos saber o que temos de prevenção”, comentou o desembargador. De acordo com o secretário de Estado de Administração Penitenciária, Murilo Oliveira, estão sendo tomadas ações preventivas para qualquer eventualidade que venha a ocorrer no sistema prisional maranhense. “Estamos sempre em alerta e para prevenção diante dos acontecimentos, redobramos o trabalho em unidades mais problemáticas, de forma a impedir qualquer tentativa de ação e, mesmo que tentem, que não consigam prosseguir”, garantiu. Ações como intensificação de revistas, reforço no efetivo de agentes e circulação dos mesmos entre os detentos em determinadas unidades foram determinadas nos primeiros dias de 2017 e continuam a ocorrer. “O risco de acontecer alguma ação criminosa dentro do sistema é mínimo, mesmo assim estamos trabalhando para suprimir qualquer intenção de detentos nesse sentido”, reforçou Murilo Oliveira, lembrando que as circunstâncias prisionais existentes no Amazonas e Roraima, por exemplo, são bem diferentes das existentes atualmente no Maranhão. As autoridades debateram a necessidade de, efetivamente, criar mecanismos que ao longo do tempo se consiga equacionar o índice de encarceramento com a oferta de vaga no sistema. Atualmente, de acordo com a Unidade de Monitoramento Carcerário essa taxa é de 174,99 (para cada 100 mil habitantes), número que tende a aumentar. Segundo a SEJAP, entretanto, está prevista a construção de três novos presídios regionais em 2017, com a oferta total de aproximadamente mil vagas. O objetivo é ter em 2018 cinco mil vagas a mais no sistema prisional. Sobre presídios, o secretário de Segurança Pública do Maranhão, Jefferson Portela, solicitou ao desembargador Cleones Cunha apoio junto ao governo federal e demais autoridades na defesa para que os presídios de segurança máxima que forem construídos pela União sejam geridos pelo Estado e que, seja construído pelo menos um em cada Estado.

## **O objetivo foi debater e evitar possível ação criminosa dentro das unidades estaduais.**

Na tarde desta segunda-feira (9), o presidente da Corte do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Carvalho Cunha, reuniu autoridades com o objetivo de compartilhar informações sobre a reunião com a ministra presidente do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, ocorrida no dia 5 de janeiro, e debater as ações que estão sendo feitas no sistema prisional do Maranhão.

“Na reunião com a ministra em Manaus, tive a oportunidade de apresentar dados sobre o sistema local, com o relatório da Unidade de Monitoramento Carcerário e afirmei a ela que a nossa situação não é a ideal, evidentemente, mas que melhoramos muito nos últimos dois anos, reduzindo, inclusive, a taxa de mortalidade no sistema prisional em 85%”, relatou o presidente do TJMA, lembrando que a ministra Cármen Lúcia determinou a tomada de ações para diminuição do número de presos provisórios, como mutirões de julgamento, de júris e de audiências de custódia. “Vale lembrar, e isso eu disse a ela, que aqui no Maranhão mesmo com o recesso forense as audiências de custódia foram mantidas”, completou.

Para o desembargador Cleones Cunha, no entanto, é importante que o Estado e demais instituições estejam alinhadas e atentas para qualquer eventualidade diante da situação ocorrida em Manaus (AM) e em Boa Vista (RR). “Me preocupa que a situação possa estourar em nosso Estado. Estamos todos em alerta e precisamos saber o que temos de prevenção”, comentou o desembargador.

ALERTA - De acordo com o secretário de Estado de Administração Penitenciária, Murilo Oliveira, estão sendo tomadas ações preventivas para qualquer eventualidade que venha a ocorrer no sistema prisional maranhense. “Estamos sempre em alerta e para prevenção diante dos acontecimentos, redobramos o trabalho em unidades mais problemáticas, de forma a impedir qualquer tentativa de ação e, mesmo que tentem, que não consigam prosseguir”, garantiu.

Ações como intensificação de revistas, reforço no efetivo de agentes e circulação dos mesmos entre os detentos em determinadas unidades foram determinadas nos primeiros dias de 2017 e continuam a ocorrer. “O risco de acontecer alguma ação criminosa dentro do sistema é mínimo, mesmo assim estamos trabalhando para suprimir qualquer intenção de detentos nesse sentido”, reforçou Murilo Oliveira, lembrando que as circunstâncias prisionais existentes no Amazonas e Roraima, por exemplo, são bem diferentes das existentes atualmente no Maranhão.

ENCARCERAMENTO - Cientes de que a situação do sistema carcerário do Maranhão está melhor, mas longe de

ser a ideal, as autoridades debateram a necessidade de, efetivamente, criar mecanismos que ao longo do tempo consiga-se equacionar o índice de encarceramento com a oferta de vaga no sistema. Atualmente, de acordo com a Unidade de Monitoramento Carcerário essa taxa é de 174,99 (para cada 100 mil habitantes), número que tende a aumentar.

Segundo a SEJAP, entretanto, está prevista a construção de três novos presídios regionais em 2017, com a oferta total de aproximadamente mil vagas. O objetivo é ter em 2018 cinco mil vagas a mais no sistema prisional.

Sobre presídios, o secretário de Segurança Pública do Maranhão, Jefferso

SINDJUS-MA convoca servidores para Assembleias Gerais Regionais  
9/01/2017 | 15:42

O Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (SINDJUS-MA) convoca todos os servidores e servidoras a participarem das Assembleias Gerais Regionais que serão realizadas a partir de 16 de janeiro e que têm como pauta as alterações estatutárias do Sindicato. (Veja aqui edital publicado).

“A participação de todos os filiados e filiadas é de extrema importância. Porque a construção de um Sindicato forte, autônomo e combativo como o SINDJUS-MA depende do engajamento da sua categoria nas decisões a serem tomadas. O SINDJUS-MA é um patrimônio de todos os servidores da Justiça maranhense e que por isso precisa ser preservado mais do que nunca neste momento de ataque aos direitos dos trabalhadores. É necessário que preservemos a unidade sindical nas lutas.”, frisou Aníbal Lins, presidente do Sindicato.

O sindicalista também explicou que as alterações estatutárias visam modernizar o SINDJUS-MA.

#### Conselho de Representantes Regionais

“Temos como objetivo fortalecer a participação da base através do Conselho de Representantes Regionais. Pela proposta o órgão passaria a ser organizado por número fixo de representantes por Regional, que terá no mínimo 3 (três) membros e no máximo 6 (seis).”, pontuou.

A Assembleia Geral continuará sendo a instância deliberativa máxima do Sindicato, enquanto que o Conselho de Representantes Regionais terá as seguintes atribuições: a) Constituir a Comissão de Ética do SINDJUS/MA para apurar faltas cometidas por sócios, ou diretores, e que podem resultar na imposição de quaisquer penalidades estabelecidas nos Parágrafos 1º, 2º e 3º do Artigo 53 deste Estatuto; b) Implementar a política de formação sindical do SINDJUS/MA; c) - Aprovar o planejamento estratégico anual do SINDJUS/MA; d) Organizar o funcionamento dos Núcleos das Carreiras.

#### Novas Diretorias

Será proposto aos filiados e filiadas a criação de 5 (cinco) novas diretorias: Secretaria de Formação Política; Secretaria de Relações Sindicais; Secretaria de Saúde e Assuntos Previdenciários; Secretaria de Mobilização e Articulação Regional e Secretaria de Convênios que terão como finalidades diversificar os serviços oferecidos pelo Sindicato aos servidores do TJMA e a formação política do mesmos, como foi pedido pela categoria na última Assembleia Geral, ocorrida em 10 de dezembro de 2016.

Após a apreciação e votação das alterações estatutárias propostas será aberta uma consulta pública aos servidores, através de um questionário que irá balizar o planejamento estratégico a ser realizado pelo SINDJUS-MA em 2017. Também serão feitos informes aos servidores sobre o pagamento das perdas inflacionárias, o concurso de remoção e outras demandas de interesse da categoria.

“A ideia é fazermos um diagnóstico das necessidades e anseios da categoria. Precisamos ouvir as críticas, elogios e demandas, para que a atuação do SINDJUS-MA seja cada vez mais condizente com o que a categoria

almeja. Esse é o primeiro passo para a modernização administrativa e conceitual do Sindicato.”, comentou Artur Filho, diretor de Imprensa do SINDJUS-MA.

# Onze Varas do Fórum de São Luís iniciam correições ordinárias

09/01/2017 10:00:03

No período de 09 a 20 de janeiro, a 5ª e 7ª Varas da Família, 7ª Criminal, 1ª e 9ª Varas Cíveis e 10ª Vara da Fazenda Pública, passam por correições.

Respondem pelas unidades os magistrados Maria do Socorro Mendonça Carneiro (5ª Vara da Família), Fernando Luiz Mendes Cruz (7ª Vara Criminal), Josemar Lopes dos Santos (1ª Vara Cível), Raimundo Moraes Bogéa (9ª Cível), Jesus Guanaré de Sousa Borges (7ª Vara da Família) e Manoel Matos de Araújo (10ª Vara da Fazenda Pública).

Já no período de 09 a 18 de janeiro, a Vara de Interdição e Sucessões e a 6ª Vara Criminal iniciam a suas correições. Na 6ª Vara Criminal que tem como juiz titular Luís Carlos Dutra dos Santos o atendimento ao público será suspenso durante o período da correição.

A partir do dia 10 de janeiro passam por correição a Vara da Mulher, que tem como juíza auxiliar Suely de Oliveira Santos Feitosa, e a 3ª Vara da Família, que tem como titular a juíza Joseane de Jesus Corrêa Bezerra. Os trabalhos nas unidades serão encerrados nos dias 19 a 20 de janeiro, respectivamente.

Já no período de 09 a 19 de janeiro, o juiz titular Gilberto de Moura Lima incia a correição ordinária naquela unidade judiciária.

A correição ordinária ocorre todo ano e, conforme o Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão, dever ser realizada pelo magistrado de cada unidade judiciária no primeiro semestre do ano, em regra até o dia 20 de janeiro. O principal objetivo é buscar o aprimoramento da prestação jurisdicional e a celeridade nos serviços judiciais.

Qualquer cidadão poderá fazer reclamações contra os serviços da Justiça ou formular sugestões, que devem ser apresentadas, por escrito, logo após a instalação dos trabalhos de correição em cada unidade judiciária.

## **TJMA reúne autoridades para avaliar situação do sistema prisional maranhense**

O objetivo foi debater e evitar possível ação criminosa dentro das unidades estaduais

Durante a reunião outros temas acerca do sistema prisional e de segurança pública também foram levantados.

(Foto: Divulgação)

Retomando o expediente forense no Tribunal de Justiça do Maranhão, o presidente da Corte, desembargador Cleones Carvalho Cunha,

reuniu autoridades no início da tarde desta segunda-feira (9), no Gabinete da Presidência com o objetivo de compartilhar informações

sobre a reunião com a ministra presidente do Supremo Tribunal Federal, Cármem Lúcia, ocorrida no dia 5 de janeiro, e debater as

ações que estão sendo feitas no sistema prisional do Maranhão.

“Na reunião com a ministra em Manaus, tive a oportunidade de apresentar dados sobre o sistema local, com o relatório da Unidade de

Monitoramento Carcerário e afirmei a ela que a nossa situação não é a ideal, evidentemente, mas que melhoramos muito nos últimos

dois anos, reduzindo, inclusive, a taxa de mortalidade no sistema prisional em 85%”, relatou o presidente do TJMA, lembrando que a

ministra Cármem Lúcia determinou a tomada de ações para diminuição do número de presos provisórios, como mutirões de

juízo, de júris e de audiências de custódia. “Vale lembrar, e isso eu disse a ela, que aqui no Maranhão mesmo com o recesso

forense as audiências de custódia foram mantidas”, completou.

Para o desembargador Cleones Cunha, no entanto, é importante que o Estado e demais instituições estejam alinhadas e atentas para

qualquer eventualidade diante da situação ocorrida em Manaus (AM) e em Boa Vista (RR). “Me preocupa que a situação possa estourar

em nosso Estado. Estamos todos em alerta e precisamos saber o que temos de prevenção”, comentou o desembargador.

# Novo presidente da AMMA faz visita de cortesia à corregedora geral da justiça

09/01/2017 16:10:34

Em visita à Corregedoria na manhã desta segunda-feira, o novo presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Angelo Santos entregou à corregedora geral, desembargadora Anildes Cruz, um convite para posse solene da nova Diretoria e do Conselho Fiscal para o biênio 2017/2018, que ocorrerá na próxima sexta feira (13).

Acompanharam presidente da AMMA na reunião os juízes que compõem a nova Diretoria e membros do Conselho Fiscal, Lavinia Macedo (1ª vice-presidente), Frederico Feitosa (Secretário-Geral), Alessandra Arcangeli (Conselho Fiscal), Luís Carlos Licar (2º vice-presidente) e Maria da Conceição (Conselho Fiscal).

Na oportunidade, o presidente da AMMA também apresentou pauta básica de reivindicações da magistratura maranhense. "Entre os itens da pauta, a discussão sobre regionalização do plantão judicial, simetria no âmbito do plantão judicial, participação de magistrados nas comissões de sindicância e apuração de faltas disciplinares de servidores e valorização da magistratura de 1º grau", pontuou Angelo Santos.

A corregedora Anildes Cruz recebeu o convite e as reivindicações para análise, ressaltando que os resultados de produtividade dos magistrados nas estatísticas do judiciário são consequência da proximidade, apoio e diálogo que a corregedoria vem mantendo com os magistrados nas unidades judiciais de todo o Estado. "Temos nos ombreados com os juízes na busca de alternativas para a efetiva prestação jurisdicional, mesmo diante das limitações de ordem financeira e estrutural", disse a desembargadora corregedora.

Presentes na visita os juízes auxiliares da corregedoria, José Américo (Infância e Juventude), Gladiston Cutrim (Planejamento Estratégico da CGJ), Rosângela Prazeres (Correições Judiciais), Marcia Chaves (Juizados Especiais), Rosária Duarte (Serventias Judiciais) e Sara Gama (Serventias Extrajudiciais).



# Onze Varas do Fórum de São Luís iniciam correições ordinárias

09/01/2017 09:01:35

Depois do recesso forense dez Varas do Fórum de São Luís iniciam o ano judiciário, realizando correições gerais ordinárias.

No período de 09 a 20 de janeiro, a 5ª e 7ª Varas da Família, 7ª Criminal, 1ª e 9ª Varas Cíveis e 10ª Vara da Fazenda Pública, passam por correições.

Respondem pelas unidades os magistrados Maria do Socorro Mendonça Carneiro (5ª Vara da Família), Fernando Luiz Mendes Cruz (7ª Vara Criminal), Josemar Lopes dos Santos (1ª Vara Cível), Raimundo Moraes Bogéa (9ª Cível), Jesus Guanaré de Sousa Borges (7ª Vara da Família) e Manoel Matos de Araújo (10ª Vara da Fazenda Pública).

Já no período de 09 a 18 de janeiro, a Vara de Interdição e Sucessões e a 6ª Vara Criminal iniciam a suas correições. Na 6ª Vara Criminal que tem como juiz titular Luís Carlos Dutra dos Santos o atendimento ao público será suspenso durante o período da correição.

A partir do dia 10 de janeiro passam por correição a Vara da Mulher, que tem como juíza auxiliar Suely de Oliveira Santos Feitosa, e a 3ª Vara da Família, que tem como titular a juíza Joseane de Jesus Corrêa Bezerra. Os trabalhos nas unidades serão encerrados nos dias 19 a 20 de janeiro, respectivamente.

Já no período de 09 a 19 de janeiro, o juiz titular Gilberto de Moura Lima incia a correição ordinária naquela unidade judiciária.

A correição ordinária ocorre todo ano e, conforme o Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão, dever ser realizada pelo magistrado de cada unidade judiciária no primeiro semestre do ano, em regra até o dia 20 de janeiro. O principal objetivo é buscar o aprimoramento da prestação jurisdicional e a celeridade nos serviços judiciais.

Qualquer cidadão poderá fazer reclamações contra os serviços da Justiça ou formular sugestões, que devem ser apresentadas, por escrito, logo após a instalação dos trabalhos de correição em cada unidade judiciária.